

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política

Área Temática: Política Externa

**CONGRESSO E AGRONEGÓCIO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DOIS
PESOS, DUAS MEDIDAS?**

Renata Albuquerque Ribeiro

Doutoranda em Ciência Política

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ)

Belo Horizonte, agosto de 2016.

RESUMO

O presente trabalho tem como pressuposto que as mudanças ocorridas nos planos sistêmico e doméstico (redemocratização e liberalização econômica) afetaram o processo decisório da política externa brasileira (PEB), diversificando os atores que exercem influência sobre ele. O objetivo é perceber como ocorre o envolvimento do agronegócio neste processo, tanto a partir do *lobby* quanto pela sua participação por meio do Congresso Nacional. Para tanto, busca-se desenvolver uma análise do processo decisório nos anos do governo Lula (2003-2010), a partir de dois elementos: i) avaliando os episódios de participação do setor agrícola como grupo de interesse na formulação da política externa; e, ii) observando a participação da Bancada Ruralista do Congresso Nacional na formação da PEB. A hipótese que aqui defendida é que o agronegócio exerce dupla influência no processo decisório da política externa brasileira: por meio do lobby e da atuação pelo Legislativo.

Palavras Chave: Política Externa Brasileira; Congresso; Agronegócio.

INTRODUÇÃO

A primeira década do século XXI foi palco de transformações econômicas e políticas nas principais potências do cenário internacional. Essas transformações tiveram origem em processos mais longos, anteriores a este marco. Na América Latina, por exemplo, eles vinham ocorrendo, pelo menos, desde a década de 1970.

Hill (2003) já apontava para essa mudança, defendendo que a política externa (PE) deve ser considerada e estudada como um “espaço político”. Ele igualmente sinaliza para o crescimento da chamada “politização” da política externa. Sua formulação conta, portanto, com interações entre diferentes atores buscando a satisfação de seus interesses dentro de uma arena de formulação da política externa.

Nesse sentido e, em se tratando de uma análise mais específica, Milner (1997) defende que determinado grupo pode influenciar o processo de tomada de decisão na política externa a partir de três elementos importantes: 1. Preferências políticas dos atores domésticos; 2. Instituições; e, 3. distribuição de informações entre os atores. O grau de influência dos agentes depende da capacidade de acessar as instituições responsáveis pela definição do funcionamento do jogo político, bem como do acesso às informações privilegiadas sobre ele. Segundo referida autora, os principais atuantes no processo de tomada de decisão na política externa seriam: o Executivo, o Legislativo e grupos de interesse.

No Brasil, essas mudanças tornaram o processo de tomada de decisão em política externa mais complexo. De acordo com Lima (2000) a democratização e a abertura econômica produziram impactos distributivos no plano doméstico. Isso significa dizer que após esses acontecimentos, as ações de política externa poderiam beneficiar determinados grupos em detrimento de outros de modo mais incisivo do que antes. Vale ressaltar que defender esse argumento não implica, automaticamente, que durante a ditadura militar, por exemplo, os processos de tomada de decisão eram fechados e/ou monopolizados pelo MRE. Contudo, pode-se afirmar que após essas dinâmicas o processo se tornou mais complexo e/ou plural contando, inclusive, com o crescimento da participação de outros Ministérios e agências estatais. Em alguns casos, esses atores iniciariam suas próprias agendas de atividades no plano externo.

Barros (1986, p.36), afirma que houve o surgimento de novos atores que “competiam com o Itamaraty na arena do comércio exterior”. Foi possível perceber, portanto, uma mudança comportamental do MRE. O órgão passa a construir pontes de diálogo e possibilidade de participação, a fim de tentar manter algum controle sobre a

agenda do Brasil no exterior (Ribeiro e Carvalho, 2015; e Faria, 2012). Este processo foi chamado, por alguns autores e autoras, de “Desencapsulamento”¹.

Neste trabalho, dois destes atores merecem destaque: Grupos de Interesse (GI) e o Congresso Nacional. Utilizarei o agronegócio como exemplo. Considerado um dos mais importantes grupos econômicos e políticos do Brasil, o setor desempenha forte papel na economia, representando 23% do PIB e 43% da balança comercial do país². Em linhas gerais, o agronegócio pode ser definido como:

Toda e qualquer atividade ligada ao comércio de produtos agropecuários. Entretanto, a acepção que faremos deste termo ao longo do artigo referir-se-á ao conjunto de atividades agropecuárias relativas à produção, industrialização, distribuição e comercialização de produtos agropecuários, pautadas por algumas características bastante peculiares, como competitividade, gestão, foco no consumidor, altos índices de produtividade, desenvolvimento permanente de ciência e tecnologia, intensividade em capital (e, em algumas cadeias produtivas, também em trabalho) e inserção nas cadeias produtivas, financeiras e comerciais globais. (IGLÉCIAS, 2007, p. 76).

Além de relevância econômica, politicamente o agronegócio conta com sólida representação nas estruturas de poder da sociedade. O grupo está presente no Congresso Nacional e possui uma poderosa “bancada”, a terceira maior da Câmara dos Deputados³— à frente da Bancada evangélica e da representação do empresariado. Apesar de ter sido oficializada em 1995 (Polese, 2014), a regulamentação da BR ocorreu apenas na 52^o Legislatura (2003-2007). Nesta ocasião, o nome oficial das organizações presentes na casa passou a ser “Frente Parlamentar”. Nas duas Legislaturas estudadas, registra-se a formação e consolidação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), conhecida popularmente como “Bancada Ruralista”⁴.

Ademais, é um importante financiador das campanhas eleitorais. Somente na eleição de 2014, duas empresas do setor estavam entre as três maiores doadoras de valores destinados a campanhas eleitorais dos candidatos à presidência da República.

¹ O conceito aqui faz referência à mudança ocorrida na PEB que passou a contar com maior pluralidade de atores no processo decisório em detrimento de sua formulação no período anterior, chamado “insulamento burocrático”. O “Insulamento” remete à ideia de diferenciação da Política Externa se comparada as demais políticas públicas, conferindo-a um aspecto de “política de Estado”.

² Fontes: Arranjo produtivo Local do Alcool (APLA): <http://www.apla.org.br/agronegocio-43-da-balanca-comercial> e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) <http://www.cnabrazil.org.br/>

³ Fonte: Agência Pública, “As Bancadas da Câmara”: <http://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>

⁴ Neste trabalho utilizarei ambas nomenclaturas.

A JBS (Friboi), a Ambev (bebidas) e a OAS (construção civil), foram juntas, responsáveis por 65% da arrecadação para a campanha dos presidenciais⁵.

Muito embora o Executivo ainda seja o ator principal na formulação e execução da PEB, vimos aumentar a participação do Congresso no processo decisório brasileiro (Alexandre, 2006; Faria, 2012; Anastasia, Mendonça e Almeida, 2012) utilizando de inúmeros recursos. A “Bancada Ruralista” (BR) é uma das forças mais poderosas do Congresso Nacional, atuando de maneira bastante articulada nos mais diferentes temas que transitam pela Casa.

A pesquisa se justifica por que muito embora haja duas bibliografias que tratam da eventual presença de Grupos de Interesse e do Congresso Nacional na formulação da PEB, não há um estudo que sinalize a convergência nos interesses defendidos por ambos na arena decisória.

O foco deste trabalho é analisar o peso do agronegócio na esfera doméstica do processo decisório da política externa brasileira. O objetivo é observar a atuação do agronegócio como grupo de interesse (por meio do *lobby*) e o comportamento da “Bancada Ruralista” na Comissão de Relações Exteriores (CREDN) na seara da política externa brasileira. A hipótese defendida é que há uma convergência de interesses entre esses dois grupos, conferindo “peso duplo” na formulação da política externa. Em outras palavras, na mesa de negociação onde se a posição brasileira é definida, o agronegócio ocupa duas cadeiras. É importante realçar que devida participação ocorre em decorrência da possibilidade ofertada pelo Executivo, seja o Presidente ou o Itamaraty. O trabalho pretende, portanto, verificar ou identificar como ocorre esse peso duplo: na esfera “legal/normativa” ou mensurável (aquela realizada pelo Congresso) e naquela com maior dificuldade de mensuração, o *lobby*. Para tanto, faz-se necessário desconstruir ou refutar a ideia do senso comum a respeito da participação do Congresso na PEB. É igualmente relevante demonstrar os episódios nos quais o agronegócio desempenhou função de grupo de interesse, garantindo seu envolvimento nas decisões internacionais do país.

O recorte temporal do trabalho compreende os anos do Governo Lula da Silva em seus dois mandatos (2003-2010) que inclui: as duas Legislaturas da Câmara dos Deputados⁶, a 52^o (2003-2007) e 53^o (2007-2011); e os principais episódios de atuação do agronegócio enquanto grupo de interesse neste período. É sabido que muitos destes episódios acontecem em longos recortes temporais, posto que uma Rodada de

⁵ Fonte: Sociedade Brasileira da Agropecuária <http://www.sba1.com/noticias/geral/41044/empresas-do-agronegocio-estao-entre-maiores-doadores-para-campanha-de-candidatos-a-presidencia#.V2wp6PkrLIU>

⁶ Escolhi não trabalhar com o Senado por uma limitação no número de páginas, porém pretendo explorar o Poder Legislativo como um todo na Tese de Doutorado.

negociação ou um pedido de solução de controvérsias na OMC podem durar anos. De qualquer forma, toma-se como exemplo a fase de maior protagonismo brasileiro no cenário internacional no que cerne às negociações de comércio que envolviam o setor agrícola industrial.

Para atingir tais objetivos, busca-se utilizar algumas ferramentas metodológicas. Para a primeira seção, aquela que trata do envolvimento do agronegócio na PEB como Grupo de Interesse, será utilizada uma revisão bibliográfica, juntamente de pesquisa qualitativa dos episódios de destaque nesta área. Em seguida, analiso a atuação da Bancada Ruralista na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados a partir da análise qualitativa dos relatórios anuais da CREDN. Posteriormente, apresento alguns episódios onde essa convergência de interesses e atores pode ser verificada, por meio de análise de fontes como matérias de jornais e revistas, bem como uso de revisão da bibliografia. Por fim, confirma-se a hipótese defendida de duplo peso do setor, muito embora sejam necessárias investigações mais aprofundadas sobre a bancada ruralista e apresenta-se questionamentos sobre os limites do acesso a diferentes atores no processo decisório na PEB como desafio para a construção de uma política externa plural e efetivamente democrática.

GRUPOS DE INTERESSE E POLÍTICA EXTERNA: O PAPEL DO AGRONEGÓCIO

Putnam (1988) afirma que não podemos pensar a política externa ou processo decisório de um país ignorando sua dimensão doméstica ao sugerir a famosa metáfora do jogo de dois níveis. Nesse jogo, o país calcula a sua posição a partir das diferentes pressões exercidas sobre o governo, tanto do âmbito doméstico, quanto do nível internacional. A meta é satisfazer os objetivos do país, sem criar um conflito com as partes envolvidas. A composição seria a seguinte:

Do outro lado do tabuleiro internacional sentam as contrapartes estrangeiras, ao lado das quais sentam diplomatas e outros assessores internacionais. Em volta do tabuleiro doméstico e atrás do líder nacional, sentam-se figuras partidárias, parlamentares, porta-vozes das agências domésticas, representantes de grupos chave de interesses e os assessores políticos do próprio líder. (PUTNAM, 2010, p. 151).

Mensurar a interferência não institucional de um grupo em determinado *locus* político é uma tarefa complexa. No caso brasileiro, sobretudo, a maneira como se delineou a formação do Estado e suas instituições (Nunes, 2003) —baseado em relações clientelistas, pessoalizadas e informais —faz com que as práticas políticas dos envolvidos no aparelho estatal seja deveras turva e pouco transparente. Essa lógica das instituições brasileiras não excluiu o processo decisório da política externa e a relação de seus formuladores com outros atores capazes de influenciá-lo.

Outro elemento importante a ser analisado neste sentido é a ausência da institucionalidade do *lobby*. No Brasil, este mecanismo não é legalizado como ocorre nos Estados Unidos, por exemplo. Isto torna árdua a tarefa de verificar o real poder de interferência de determinado setor sobre uma decisão. Mesmo diante de tais dificuldades, esta parte do trabalho busca investigar a intervenção do agronegócio como grupo de interesse no processo decisório da PEB. A título de indicação conceitual pode-se definir Grupo de Interesse⁷ (GI) como:

Forças sociais que emergem num grupo total, que se organizam e atuam objetivando vantagens e benefícios de acordo com a natureza do grupo. Os grupos de interesse podem ser profissionais, econômicos, religiosos, ou ligados a qualquer outra função social. Não raro, eles podem converte-se em grupo de pressão (Castro, 2004. p. 122)

As publicações que focalizam na influência de grupos de interesse na política externa brasileira tiveram origem mais recente, datando da virada do século. Um dos estudos mais marcantes no que se refere a atuação desses grupos é o desenvolvido por Santana (2001). Usando a já citada proposta analítica de Milner (1997), o autor se debruça a estudar a atuação dos GI na posição da PEB para a ALCA a partir de 3 esferas: atores, instituições e acesso à informação. Ele conclui que, neste caso, os grupos tiveram influência diferenciada devido à baixa institucionalidade do processo de consultas realizado pelo MRE. Defende que:

As aproximações entre o Itamaraty e a sociedade civil brasileira ocorrem em ritmos diferenciados, sendo que essa cadência é marcada pelos recursos de poder e de informação que cada setor da sociedade dispõe. (Santana, 2001, p. 176)

A conclusão confirma a ideia de Milner (1997) de que a atuação ocorre de acordo com as informações as quais determinado grupo tem acesso. O referido autor sinaliza, ainda, que há uma limitação por parte do MRE na receptividade das demandas desses grupos.

Outro estudo relevante é o realizado por Carvalho (2003). A autora analisa a movimentação de três atores (setor empresarial, trabalhadores e governo) no momento de definição da posição brasileira em Seattle, na OMC. Oliveira, Onuki e Mancuso (2001) também se dedicam a estudar GI tentando envolver-se na política externa comercial brasileira. Há ainda a pesquisa de Veiga (2007) que analisa a tentativa de ingerência de atores não estatais (CEB e Rebrip) na política externa comercial do país

⁷ Muitos estudos (AZAMBUJA, 2003; BASTOS, 2004; BONAVIDES, 2000; CASTRO, 2004) diferenciam Grupos de Pressão, Grupos de Interesse e *Lobby*. Neste trabalho, esses conceitos são tratados como sinônimos já que o setor do agronegócio congrega todos esses grupos, apresentando um objetivo bem definido: garantir benefícios para o setor nas instâncias estatais.

por meio dos fóruns de consulta e canais de diálogos criados pelo Estado nos últimos anos. Já o artigo de Oliveira e Milani (2012) observa a atuação da CEB e da Rebrip na tentativa de defender suas preferências na política externa comercial brasileira entre 1995 e 2005. Além destes, temos o trabalho de Lima (2013) que tem foco na atuação do empresariado no Legislativo também no que cerne à política externa comercial.

Portanto, a literatura aponta para uma unanimidade: o empresariado se configura como o grupo de interesse com grandes recursos capazes para interferir na arena decisória da PEB, especialmente no caso da política externa comercial. Em vista disso, o presente trabalho busca preencher a lacuna existente sobre a interferência do setor agrícola neste campo.

A relação do Estado com o setor é complexa devido à enorme quantidade de atores que compõe o grupo. Porém, a partir da análise da bibliografia apresentada anteriormente e de matérias jornalísticas, algumas entidades possuem destaque na atuação como grupo de interesse. Elas encontram-se indicadas no Quadro 1.

Quadro 1: Atuação do Agronegócio como Grupo de Interesse

Ano	Episódio	Representantes do Agronegócio
2002	DISPUTA DS250 - Episódio do suco de laranja (Taxa de equalização americana)	Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (Abecitrus)
2002	DISPUTA DS266 - Batalha do açúcar	União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica)
2002-2005	Disputa do Frango - UE	Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (Abef)
2002-2014	DISPUTA DS267 - Batalha do algodão	Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA)
2003	Negociações da Alca e do Acordo Mercosul-União Europeia (15a reunião do Comitê de Negociações Bi regionais)	Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais, integrado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Associação Brasileira do Agribusiness (Abag) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
2004-Atual	Comissão Mista Brasil-Alemanha para o Agronegócio.	Associação Brasileira de Agribusiness (Abag)
2004	Bananas e o regime europeu	Diversas Associações de Produtores de banana e Confederação Nacional dos Bananicultores (Conaban)
2005	Arroz contra os EUA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
2007/2008	Rodada Doha	Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais e Confederação Nacional da Agricultura (CNA)
2007	Carne Brasileira- União Europeia	Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec)

2010	Reunião México-Brasil e encontros do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China)	Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (Abef)
2010	Consulta sobre a possibilidade de ação: Exportação de carne para Indonésia	Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec)

Fonte: elaboração própria.

Pode-se afirmar, com base em Iglécias (2007), que a atuação conjunta entre o setor do agronegócio e o Estado na seara da PEB aparece de acordo com alguns objetivos: a. gerar investimentos externos, em órgãos de Ciência e Tecnologia, logística e infraestrutura; b. negociar de regras sanitárias e leis de certificação; e, c. mitigar ou reduzir barreiras tarifárias ou protecionistas impostas por outros países.

Nos anos Lula, o agronegócio atuou como grupo de interesse na PEB em 12 episódios de destaque. De maneira geral, em todos os episódios listados acima, houve pelo menos a tentativa de participação do setor na formulação da posição brasileira em negociações internacionais, até mesmo de acordos e tratados. Usualmente, este movimento pode ocorrer segundo alguns recursos ou canais de atuação: convites individuais informais concedidos pelo MRE ou representação Coletiva (Organizações ou redes de organizações) – método que tem se mostrado mais eficaz.

O grupo atua de diferentes maneiras. Uma delas se dá através da produção de informações técnicas. Em muitos casos, a associação elabora um relatório contendo todas as informações sobre o mercado, produção e sinalizando o quão prejudicado será o produtor em decorrência de uma barreira tarifária imposta por outros países. Estes relatórios são enviados aos órgãos estatais como MAPA, MRE e membros da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. Outra estratégia de atuação diz respeito ao financiamento dos possíveis gastos que o governo teria com a abertura de um pedido de solução de controvérsias na OMC, por exemplo.

Segundo fontes diplomáticas, o Itamaraty chegou a ponderar que os produtores brasileiros seriam beneficiados mesmo se a disputa da banana fosse conduzida só pelos outros latinos. Já o setor privado argumentava que a participação brasileira daria peso à ação contra a UE. O setor organizou um potente lobby, reunindo governadores, deputados e ministros, e fez prevalecer sua posição. Os produtores prometeram que o governo não gastará um tostão nessa briga e que cobrirão custos com os advogados (MOREIRA, 2005, P.B9)

Coletivamente, se destacam: primeiramente a CEB, criada em 1995, que reunia a elite do empresariado nacional. Em se tratando da temática agrícola, o órgão mais importante na relação com o Estado é a Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária (CNA), fundada em 1964. Além de representações corporativas nacionais, o agronegócio conta com um Fórum Permanente de Negociações Agrícolas

Internacionais, composto por inúmeras associações, até mesmo de outros países. Outro grupo que ganhou notoriedade no decorrer da década passada foi o Instituto ÍCONE. O objetivo da instituição era consolidar a profissionalização do lobby do agronegócio, ao mesmo tempo em que fornecia informações técnicas detalhadas sobre a agroindústria a serem usadas nas negociações pelo próprio Itamaraty, quem solicitava as pesquisas. Cabe realçar que estas organizações não são excludentes umas as outras, pelo contrário, usualmente somam forças e o devido poder de articulação de cada um.

Já na Rodada Doha (RDD), episódio em que estes grupos desempenharam forte atuação, dois canais formais de comunicação foram criados, por necessidade de diálogo e devido as pressões exercidas por eles: a Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais e o Grupo Técnico Informal (GTI) (Mancini, 2010). Estes canais que foram construídos a partir da articulação de diferentes órgãos estatais: o MRE, O MAPA e o então presidente Lula da Silva. Isto demonstra uma forte capacidade de articulação dentro do Estado. De acordo com Mancini (2010):

Neste ponto, parece oportuno chamar a atenção para o fato de a formação da câmara e do grupo técnico terem sido iniciativas do Executivo. Remetem ao trabalho de Cardoso (1975) sobre anéis burocráticos, no sentido de que o jogo político do comércio exterior está hoje, como no regime militar, concentrado no Executivo, com esse último escolhendo seus interlocutores. Não parece correto afirmar que a geometria naquele período e hoje sejam iguais, mas é preciso lembrar que a interlocução entre setor privado e Executivo depende em boa parte desse último (MANCINI, 2010, p.).

Já em 2007, o grupo entregou um documento ao MRE no qual constavam suas reivindicações⁸. A posição do setor foi levada à reunião da OMC que ocorreu em julho de 2008⁹. Porém, antes de comparecer a estes espaços formais, a CNA realiza uma série de reuniões:

Os representantes do MAPA e do Itamaraty que se encontravam à frente das negociações explicavam, durante as reuniões, os patamares da negociação. Além disso, estes esclareciam as posições que estavam sendo defendidas, a demanda dos outros países e solicitavam uma análise dos fatos, pedindo um posicionamento da entidade. (DIVERIO e NETTO, 2015, p. 440).

⁸ (Marim, 2008) “Setor agrícola quer Rodada Doha mais ambiciosa”. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,setor-agricola-quer-rodada-doha-mais-ambiciosa,207061> Acesso em: 24/06/2016.

⁹ (Kohlmann, 2008), “Fórum de Negociações Agrícolas Internacionais entrega reivindicações para Rodada Doha”. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/planetaatlantida/19,0,2048197,Forum-de-Negociacoes-Agricolas-Internacionais-entrega-reivindicacoes-para-Rodada-Doha.html> Acesso em 24/06/2016.

Outro importante elemento de análise confere peso ao argumento aqui apresentado. A partir da articulação que se exerceu na RDD, um canal formal de participação do agronegócio no processo decisório da PEB foi estabelecido:

A posição de adido agrícola, criada pelo Decreto nº 6.464 (BRASIL, 2008), colocou representantes da visão do *agribusiness* (recrutados nas fileiras do MAPA) como membros de missões diplomáticas brasileiras junto aos principais parceiros comerciais do país. (DIAS SILVA, 2014, p. 19)

Iglécias (2007) defende que a atuação do agronegócio obtém êxito devido a alguns fatores relevantes como: a profissionalização do *lobby*, as vantagens comparativas que detém em relação a outros setores da economia e a existência de *think tanks* focados na questão de inserção internacional do capitalismo brasileiro. Logicamente, a possibilidade de contato com os formuladores da PEB ocorre por que existem canais de comunicação, ou seja, uma abertura ao diálogo por parte das agências estatais. Dois destes episódios de destaque explorados pelo autor seriam, segundo ele, exemplos “vitoriosos” onde a atuação conjunta de diferentes atores resultou em ganhos para o país: as batalhas do Brasil na OMC nos casos do algodão e do açúcar.

Posso afirmar, portanto, que a convergência de interesses entre os dois núcleos de atores (estatais e não estatais) surge como um facilitador e agilizador do processo de formulação da posição brasileira. Já no âmbito doméstico, o período estudado contou com uma nova orientação da PEB, a qual ficou denominada “política externa ativa e altiva” que buscava construir espaços de poder mais democráticos no cenário internacional, além de buscar uma posição de maior protagonismo brasileiro. Além disso, um fator sistêmico facilitador nesse sentido foi o boom das *commodities* nos anos Lula, que conferiu aumento no valor agregado dos produtos do setor agropecuário¹⁰. .

Por fim, a presença de uma lógica corporativista foi o principal elemento a explicar o sucesso do agronegócio na sua atuação como grupo de interesse na política externa brasileira. Essa lógica foi definida por Nunes (2003) que identificou quatro padrões institucionalizados de relação entre estado e sociedade, aos quais ele deu o nome de “gramáticas” por definirem uma linguagem e uma forma de agir: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos. Assim, o autor analisa os quatro modelos presentes no Estado Nacional desde 1930 e conclui que existe a coexistência desses modelos nos diferentes períodos de sua formação.

¹⁰ Um exemplo de como o ambiente externo influencia a necessidade de posicionamento do setor do agronegócio é citado por Iglécias (2007, p.87). Em 2002, o Ministério da Agricultura decidiu entrar com ação na OMC na batalha do algodão. O órgão também convocou o diálogo com produtores da soja, porém, devido ao alto valor de mercado do produto na época, os produtores não viram necessidade de entrar com ação.

Partindo do argumento do autor, é possível perceber a sobrevivência de algumas dessas categorias ao analisarmos o modelo de atuação dos grupos de interesse na PEB. Estão presentes o clientelismo, o corporativismo e o insulamento.

Em síntese, a atuação desses grupos a fim de influenciar as decisões sobre a PEB ocorre de maneira recorrente e pouco institucionalizada. Até mesmo a fatia do empresariado que dispõe de proximidade com o Itamaraty, reivindica que a falta de institucionalização de um canal de diálogo dificulta a comunicação no processo decisório. De acordo com Mancini (2010), no caso da Rodada Doha, a criação de dois canais formais (câmara Temática e GTI) não era suficiente para o estabelecimento de diálogo proveitoso entre o MRE e o agronegócio. Como afirma a autora:

Mesmo com tal canal, assim como na câmara, divergências poderiam levar a contatos informais entre representantes do setor privado e do governo, em especial de mais alto escalão. Por serem informais, o mapeamento deles é tarefa árdua (2010, P.).

Ou seja, pode se concluir que é possível verificar a presença da atuação do agronegócio na formulação da política externa brasileira, sobretudo no caso de negociações comerciais agrícolas. O setor conta, primeiro com a boa vontade do Itamaraty em convidá-lo a participar dos eventos, segundo, este possui atores capazes de garantir a efetivação de seis interesses, uma vez que dispõe de informações privilegiadas, inúmeros recursos e importantes canais de atuação. Contudo, muito embora o agronegócio tenha participado de alguns importantes episódios de destaque atuando enquanto gramática corporativa de Nunes (2003), as entidades representantes do setor agrícola industrial defendem que tais mecanismos de participação ainda precisam sofrer fortes ajustes.

CONGRESSO E POLÍTICA EXTERNA

No campo das Análise de Política Externa (APE), vários autores e autoras se dedicaram ao estudo do Legislativo. Os trabalhos de maior destaque são o de Martin (2000) e Milner (1997), fruto da corrente liberal institucionalista da APE. Elas consideram o Estado como poliárquico, ou seja, composto por diferentes atores com poderes capazes de influenciar o processo decisório de maneiras diversas.

No Brasil, o alicerce normativo brasileiro designa a exclusividade do Executivo no tratamento da política externa. A Constituição de 1988 confere:

Artigo 49: É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional; [...]

Art. 84: Compete privativamente ao Presidente da República: VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. (BRASIL, 1988)

Os estudiosos que se debruçavam a entender a participação do Legislativo na PEB defendiam que esta participação era reduzida (LIMA E SANTOS (2001); AMORIM NETO (2007)). Porém, na virada do século, novos estudos passaram a apontar não só a plurizalição de atores na arena decisória, mas também, para episódios nos quais haveria atuação do Legislativo. Os trabalhos de Castro Neves (2006) e Alexandre (2006) demonstram que apesar de “baixa” participação, o Congresso brasileiro, teria buscado participação na arena decisória da PEB, observando atentamente os passos do Executivo, sobretudo nos episódios da Alca e do Mercosul. Na opinião de Castro Neves (2006), existem alguns mecanismos de atuação do Congresso: por meio das Comissões temáticas, das Comissões Legislativas, e através do controle orçamentário. Além disso, ele apresenta o argumento da eficiência: quando há convergência de interesses, o Congresso delega as decisões para o Executivo a fim de tornar o processo mais ágil e eficiente.

Posteriormente, Anastasia, Mendonça e Almeida (2012) demonstram uma série de “cursos de ação” disponíveis aos parlamentares desejosos em participar do processo decisório. Sendo assim, os inúmeros esforços dos estudiosos se mostram capazes de contestar a ideia presente no senso comum, de que a atuação do Congresso Nacional na PEB é pouco relevante. Partindo do pressuposto de que não há “paralisia” nesse sentido, esta parte do trabalho pretende identificar a atuação da Bancada Ruralista (BR) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), no recorte temporal da pesquisa.

Segundo Simionatto e Costa (2012), apesar de sua composição heterogênea, a bancada conta com algumas estratégias de atuação comuns: ação parlamentar, cooptação dos meios de comunicação, representação partilhada (interferindo também em outros assuntos que não os rurais), poder de articulação com outras bancadas (negociação e troca de favores) e construção de alianças com grupos de interesses não estatais, mormente as entidades citadas na seção anterior do artigo. Ademais, vale ressaltar a presença do grupo em outras instâncias de poder do Legislativo, além posições de destaque em outros Ministérios e Comissões Interministeriais do MRE.

Na 52^o Legislatura¹¹, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) contava com 111 deputados¹². Já na 53^o Legislatura, tinha a seu favor 104 deputados¹³. Refutando o

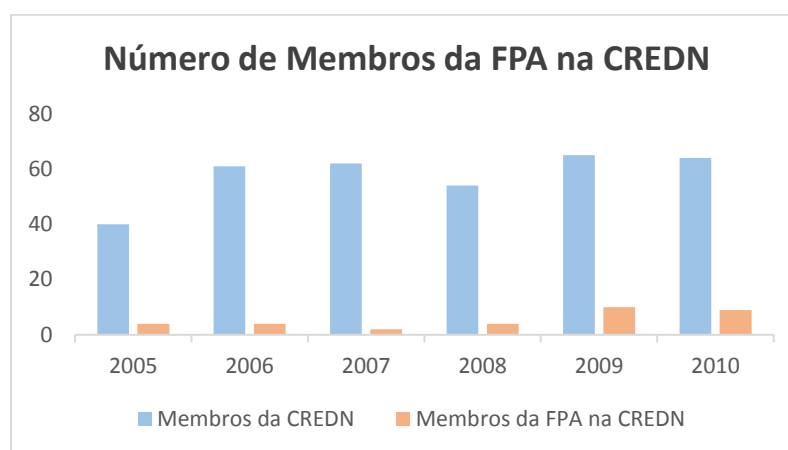
¹¹ Fonte: Site da Câmara dos Deputados pelo link: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes52.asp>

¹² DIAP radiografia do Novo Congresso (2006) página 31.

¹³ Fonte: DIAP radiografia do Novo Congresso (2006) página 31.

argumento de que mesmo em grande quantidade a Bancada não necessariamente efetivaria suas pautas, o Deputado Leitão, defensor da FPA, afirma que “Nos assuntos do setor produtivo no Brasil, naquilo que a frente deve defender, nós sempre temos a maioria para poder ter a vitória necessária”. De acordo com DIAP, entre os 100 parlamentares mais influentes no ano de 2014, 47 são membros ativos da FPA. A capacidade de mobilização é igualmente significativa. A FPA se faz presente em todas as Comissões permanentes da Câmara e na CREDN¹⁴¹⁵, que foi inclusive presidida pelos ruralistas Carlos Melles em 2004 e Damião Feliciano (PTB/PB) em 2008.

Dois elementos de análise serão utilizados nesta parte do trabalho: análise numérica da quantidade de membros da BR presentes na CREDN e envolvimento destes membros nas atividades da CREDN. A presença, primeiro elemento a ser analisado, encontra-se visível no gráfico a seguir:

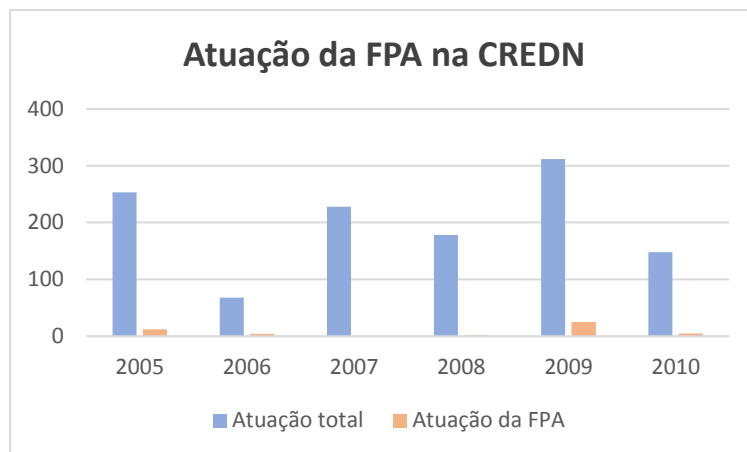


Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios da CREDN dos anos: 2005 a 2010.

O gráfico acima foi elaborado da seguinte maneira: analisando os membros da Bancada Ruralista presentes na Comissão ao longo dos anos. Da mesma forma, é possível analisar numericamente a atuação do grupo dentro da Comissão:

¹⁴ A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional é uma das 20 comissões permanentes da Câmara dos Deputados, que têm entre suas funções precípuas a elaboração das leis e o acompanhamento das ações administrativas no âmbito do Poder Executivo. Além dessas funções, as Comissões promovem, também, debates e discussões com a participação da sociedade em geral, sobre todos os temas ou assuntos de seu interesse (CREDN, 2016).

¹⁵ Não constam dados sobre a composição da CREDN nos anos 2003 e 2004.



Fonte: elaboração própria a partir dos Relatórios da CREDN dos anos: 2005 a 2010.

Percebe-se que há uma preocupação do setor do agronegócio em se articular na CREDN, muito embora os números sejam baixos. Somando os anos do recorte desta pesquisa, a porcentagem de membros da FPA na CREDN é de 9,5 %. Além disso, a bancada teve participação em apenas 4,12% das atuações¹⁶ da CREDN entre 2005 e 2010.

Em resumo, pode se afirmar que apesar de ser um dos grupos mais poderosos no Congresso, a Bancada Ruralista possui baixa atuação na CREDN quando comparada à atuação do agronegócio como grupo de interesse. Porém, não significa automaticamente que ela não represente seus interesses no Câmara na seara da política externa. Os representantes do setor agrário buscam se articular no Congresso, tentando ampliar sua participação nos assuntos que envolvam decisões do Brasil no exterior utilizando, porém, estratégias bastante diferenciadas:

A Bancada atua como um partido nos moldes americanos estruturada em torno de “[...] agregados de interesses personalistas e corporativos [...]” que se fortalecem mediante a atuação de *lobbies* e de figuras midiáticas (COUTINHO, 2006, p. 50), com um grande declínio do conteúdo ideológico dos programas partidários. (Simionatto & Costa, 2012, p 232).

A partir da pesquisa realizada verifica-se que os congressistas representantes do setor contam com inúmeras possibilidades de ação a fim de observar e se envolver nas negociações internacionais brasileiras. Uma delas, é através da solicitação de informações sobre determinado assunto ou pedido de reunião com representante do Itamaraty enviada diretamente ao MRE. Outra estratégia utilizada seria o pedido de audiências públicas (via Comissões permanentes ou individualmente) à um órgão estatal, no caso, o Itamaraty. Nestas audiências participam ministros, outras agências

¹⁶ Quando utilizo o termo “atuação”, generalizo os seguintes elementos presentes nos relatórios anuais da Comissão: Projetos de Lei, Projetos de Decretos Legislativos; Requerimentos, Mensagens ao Executivo, Proposições, Palestras, Audiências Públicas, reuniões deliberativas, Seminários e outras atividades realizadas pela CREDN no ano corrente.

estatais, entidades do setor privado e, com menor frequência, movimentos sociais. Além disso, são solicitados eventos como: seminários ou congressos e, até mesmo, pode ser realizado um requerimento formal de criação de grupo de acompanhamento sobre determinado assunto. A rodada Doha pode ser considerada um exemplo (REQ-32/2003 CREDN) desta estratégia (CREDN, 2003). Por fim, os parlamentares podem acompanhar a delegação brasileira a determinado Fórum Internacional ou receber Ministros ou representantes de outros países.

É patente a presença de uma gramática corporativa (Nunes, 2003) do agronegócio por meio da atuação da bancada não somente nos assuntos internacionais, mas, principalmente, nos temas ligados à questão agrária.

Por fim, é possível observar que houve uma mudança significativa nos estudos que buscam analisar a participação do Legislativo na PEB. Os autores e autoras mostram que os parlamentares têm buscado maior presença, por meio de diferentes recursos e agindo, principalmente, nos assuntos referentes à política comercial. No que concerne ao setor especificado neste artigo, a baixa representação da Bancada Ruralista na CREDN demonstra que o setor não participa tão ativamente das tramitações da Comissão por que já conta com um meio mais eficaz e direto de participação, atuando como grupo de interesse diretamente com o Itamaraty ou em outros órgãos estatais. A próxima seção aborda a convergência entre esses dois grupos na formulação da PEB.

O PESO DUPLO DO AGRONEGÓCIO NA FORMULAÇÃO DA PEB

A participação de um determinado grupo na formulação da política externa de um país pode ocorrer de diferentes maneiras e em diferentes níveis. No caso brasileiro, duas dessas maneiras foram expostas nas seções anteriores deste artigo. Primeiro, o envolvimento do agronegócio como grupo de interesse, pressionando o MRE a tomar decisões que favorecessem o setor. Em seguida, e o envolvimento pelo caminho mais longo e, como demonstrado, com menor poder de ingerência: por meio da CREDN. No sentido de fortalecer a hipótese apresentada, esta seção do trabalho tem por objetivo mostrar a correlação entre estas diferentes formas de atividade do setor agrícola no processo decisório.

Partindo da conclusão da seção anterior, qual seja: numericamente é pouco significativa a participação da Bancada Ruralista na CREDN, busca-se seguir os passos indicados de análise individual dos membros da BR na CREDN nos episódios realçados na seção que tratou dos grupos de interesse. A metodologia nesta seção consiste em averiguar a participação da Bancada reunida e/ou dos membros da BR nos episódios

relatados a partir da análise dos relatórios anuais da CREDN. Sendo assim, foi possível criar o seguinte quadro analítico:

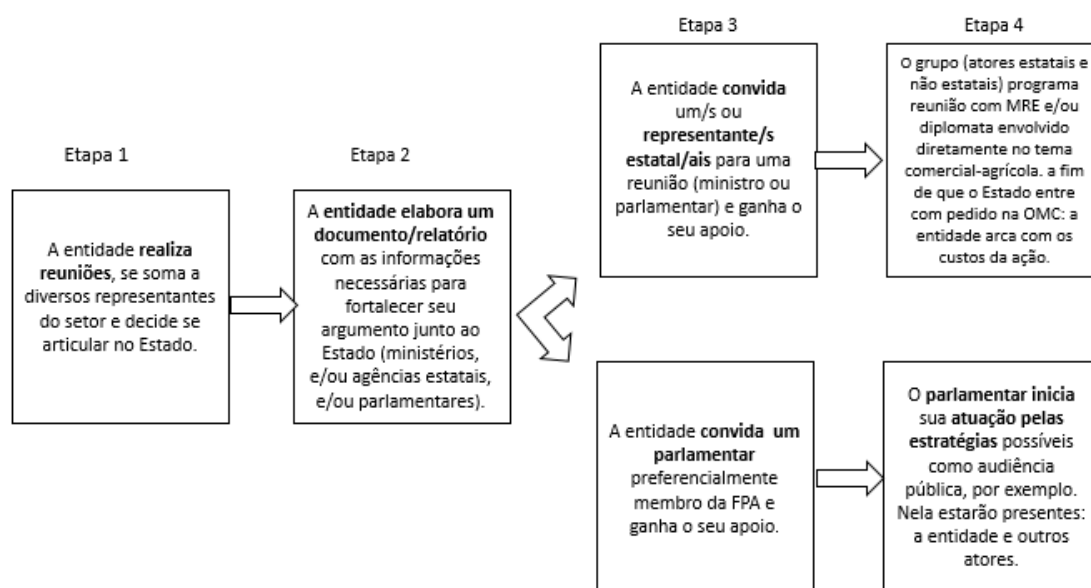
Tabela 1: Dupla atuação do agronegócio na PEB

Episódio	Atuação como GI	Envolvimento de membros da BR
DISPUTA DS250 Episódio do suco de laranja (Taxa de equalização americana)	✓	✓
DISPUTA DS266 Batalha do açúcar na OMC	✓	✗
Disputa do Frango na OMC - UE	✓	✓
DISPUTA DS267 Batalha do algodão na OMC	✓	✓
Alca e Acordo Mercosul- União Europeia (15a reunião do Comitê de Negociações Birregionais).	✓	✓
Bananas e o regime europeu	✓	✗
Arroz contra os EUA	✓	✗
Rodada Doha	✓	✓

Fonte: elaboração própria.

Muito embora não tenha sido mapeado todo o histórico de episódios até o presente momento e, a partir da metodologia aqui apresentada, é possível perceber dois modelos de envolvimento, caso o agronegócio decida participar do processo decisório da PEB, via de regra:

Imagem 1: Duplo Peso do Agronegócio no Processo Decisório da PEB



Fonte: elaboração própria.

Tomando o caso do algodão como exemplo, a articulação do agronegócio como GI e como bancada ruralista é perceptível, confirmando a hipótese deste artigo que se refere ao peso duplo do setor no processo decisório. De acordo com Habka (2010):

A ABRAPA desempenhou papel importante, ao financiar o contencioso do algodão, além de atuar como grupo de pressão junto à coalizão da bancada ruralista do Congresso brasileiro, a fim de que o Ministério de Relações Exteriores (MRE) solicitasse a abertura do painel (Habka, 2010, p. 10)

Já a ABRAPA, reconhece a presença e peso dessa articulação na formação da posição brasileira no episódio com responsabilidade e relevância, afirmando que:

No campo Internacional, atuamos em várias frentes. Lutamos junto à organismos multilaterais como a OMC, por melhores condições de competitividade para o algodão brasileiro, abrimos mercados e trocamos conhecimento com outros países para aumentar nossa produção e nossa competitividade (ABRAPA, 2007).

Oliveira (2007) confirma o envolvimento dos componentes do grupo com o trecho:

Somou-se a essa ampla coalizão a bancada ruralista no Congresso brasileiro e vários governadores e prefeitos de regiões produtivas de algodão, inclusive trabalhadores rurais e seus sindicatos. (OLIVEIRA, 2007, p. 24)

Assim, o MRE contou com a participação dos produtores de algodão e da bancada ruralista no Congresso, e outros órgãos como o Ministério da Agricultura.

CONCLUSÕES

A partir dos argumentos acima apresentados é possível observar que existe participação do agronegócio nas decisões da política externa brasileira. Ainda que tenha menos presença que o empresariado como um todo, o agronegócio participa ativamente dos debates sobre a PEB, principalmente por meio da atuação como grupo de interesse. Isso nos faz pensar que existe uma seletividade do MRE em convidar determinados setores da sociedade.

Não cabe afirmar que em qualquer situação, o agronegócio exerce peso duplo na decisão da posição do Brasil frente às questões Internacionais. Porém, caso o Executivo tenha interesse na participação do setor, tanto a atuação como grupo de interesse quanto a atuação da Bancada Ruralista confluem para a convergência, para o endosso da posição que o Executivo deseja marcar no plano externo. Isto confer maior credibilidade para a posição defendida pelo país.

Por hora, o argumento se vê fortalecido pelos episódios apresentados na seção anterior. Sendo assim, pode-se afirmar que o setor do agronegócio tem – ou pode ter -

duplo peso no processo decisório brasileiro, uma vez que exerce *lobby* enquanto grupo de interesse e, ao mesmo tempo, enquanto legislativo, com base institucional para tal envolvimento. De maneira geral, pode se afirmar que:

Como uma bancada suprapartidária, os ruralistas formam um grupo de interesse atípico, que atua dentro do Estado, sendo parte do aparelho de Estado, mas com objetivos idênticos aos de qualquer outro grupo social: atuar em favor de interesses setoriais. Todavia, como essa Bancada participa diretamente do processo decisório, torna-se, assim, um grupo de pressão. E, como esse grupo de interesse e de pressão é agressivo nas suas reivindicações, manifesta se, também, como uma bancada de *lobby*. (Vigna, 2001, p.14)

Retomando Hill (2003), a política externa deve ser compreendida como um espaço político. A “política” da política externa envolve nosso entendimento sobre um mundo ao mesmo tempo internacional e doméstico. Sendo assim, a política externa de um estado é um lugar de ação e escolhas, e deve ser criada a partir do contato com seus cidadãos. Verifica-se forte laço e possibilidade de diálogo, sobretudo, com uma fatia específica do setor rural que inclui grandes latifundiários e proprietários das maiores empresas.

A movimentação se manteve após o período estudado. Em 2012, por exemplo, a Abrafrigo (Associação Brasileira dos Frigoríficos), lideranças do agronegócio realizaram uma reunião a fim somar forças às lideranças políticas e defender que o embargo russo ap frango brasileiro teria justificativas políticas e não técnicas. Na ocasião o deputado federal André Zacharow, membro da Bancada Ruralista e da CREDN, se comprometeu a trabalhar junto aos ministérios da Agricultura e do Itamaraty¹⁷.

Por fim conclui-se que são necessários mais estudos sobre a participação do agronegócio na política externa brasileira, a fim de tornar mais evidente a atuação deste setor na arena decisória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM NETO, Octavio. De Dutra a Lula – A Condução e os Determinantes da Política Externa Brasileira. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011 (cap. 1: Fatores Sistêmicos, Política Externa e Política Doméstica), pp. 15-43.

____ A Política Externa Brasileira: Novos Dilemas Geopolíticos e sua Falta de Condicionamentos Domésticos. Análise de Conjuntura OPSA (n.3, mar. 2007)

¹⁷ Fonte: 2012.02.24. Paraná vai aumentar pressão política para reverter embargo russo à carne brasileira

ANASTASIA, Fátima; MENDONCA, Christopher e ALMEIDA, Helga. Poder legislativo e política externa no Brasil: jogando com as regras. *Contexto int.* [online]. 2012, vol.34, n.2, pp. 617-657

BARROS, A.S.C. (1986). A formulação e implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os novos atores. In: MUÑOZ, H. & TULCHIN, J. (Eds.). *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo, Convívio, p. 29-42.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política: 6ª Edição. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2004.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política: 10ª Edição, 9ª Tiragem. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Relatório 2005. Brasília.

_____ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Relatório 2006. Brasília.

_____ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Relatório 2007. Brasília.

_____ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Relatório 2008. Brasília.

_____ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Relatório 2009. Brasília.

_____ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Relatório 2010. Brasília.

_____ CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília.

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de; FALCÃO, Leonor Peçanha. Ciência Política: Uma Introdução. São Paulo: Atlas, 2004.

CARVALHO, Maria Isabel V. de. Estruturas domésticas e grupos de interesse: a formação da posição brasileira para Seattle. *Contexto Internacional*, vol. 25, n. 2, 2003.

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de; FALCÃO, Leonor Peçanha. Ciência Política: Uma Introdução. São Paulo: Atlas, 2004.

CASTRO NEVES, João Augusto de. O papel do legislativo nas negociações do Mercosul e ALCA. *Contexto Internacional*, vol. 25, n. 1, 2003.

_____ O Congresso Nacional e a política externa brasileira. In: ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos (Org.). *Relações Internacionais do Brasil. Temas e agendas*, v.2. pp. 365-387. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

DIVERIO, NETO (2015). "Ação e participação dos atores domésticos para influenciar a posição brasileira na rodada de negociações agrícolas da OMC". *Boletim Gaúcho de geografia*, maio, V. 42, n. 2.

FARIA, “O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: Do Insulamento à Busca de Coordenação dos Atores Governamentais e de Cooperação com os Agentes Societários. Contexto Internacional, vol. 34, 2012, pp. 311-355.

HABKA, Bruna D. O caso do Algodão na OMC (2002-2010), Brasília, 2010.

HILL, Christopher J. The Changing Politics of Foreign Policy. New York, Palgrave Macmillan, 2003, pp. 1-155, 219-282, 308-337 e 345-357.

_____. “What Is to Be Done? Foreign Policy as a Site for Political Action”. International Affairs, vol. 79, n o 2, 2003, pp. 233-255.

IGLÉCIAS, Wagner. O empresariado do agronegócio no brasil: ação coletiva e formas de atuação política – as batalhas do açúcar e do algodão na omc. Rev. Sociol. Política, Curitiba, 28, p. 75-97, jun. 2007

Recebido em 12 de fevereiro de 2007.

LIMA, Maria Regina Soares de. “Instituições Democráticas e Política Exterior”. Contexto Internacional, vol. 22, no 2, 2000, pp. 265-303

_______& SANTOS, Fabiano. O Congresso e a Política de Comércio Exterior. Lua Nova, 2001.

MANCUSO, W.P. & OLIVEIRA, A. J. 2005. Abertura Econômica, Liderança Política e Ação Coletiva do Empresariado no Brasil Contemporâneo: Os Planos Doméstico e Internacional. Trabalho apresentado em 30 de setembro de 2005 no workshop “Instituições, Grupos de Interesse e Desenvolvimento”, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

MILNER, H. V. Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International. Relations, Princeton University Press, 1997, pp.3-29.

OLIVEIRA, Multilateralismo, Democracia e Política Externa no Brasil: Contenciosos das Patentes e do Algodão na Organização Mundial do Comércio (OMC). contexto internacional. Rio de Janeiro, vol. 29, n 1, janeiro/junho2007, p.7-38.

PUTNAM, R. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games, International Organization, 42, 3, 1988, pp. 427-460.

RIBEIRO, R. A. & Carvalho, T. C. O. A Política Externa Brasileira Pós Transição Democrática: A Análise de Conteúdo de Discursos. Anais do 5º encontro nacional da abri redefinindo a diplomacia num mundo em transformação, 2015. p. 1-18.

SALVADOR, F (2005). “País Vence disputa do frango na OMC”. O Estado de São Paulo, 18/02/2005, Economia, p. B8

SANTANA, Helton R. P. Grupos de interesse e a política externa brasileira para a ALCA. Contexto Internacional, vol. 23, n. 1, 2001.

VEIGA, Pedro da Motta. (2007), “Política Comercial no Brasil: Características, Condicionantes Domésticos e Policy-Making”, in M.S. Janke S.D. Silber (orgs.), Políticas

Comerciais Comparadas: Desempenho e Modelos Organizacionais. São Paulo, singular, pp. 71-162.

VIGNA, Edécio. A bancada ruralista: um grupo de interesse - Brasília, 2001, 52 p. (Argumento nº 8 INESC).